

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A REDEMOCRATIZAÇÃO DOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO: A IMPrensa PORTUGUESA COMO FRENTE DE LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1976-1978)

Reinaldo Lindolfo Lohn

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

CNPq

reilohn@gmail.com

Este texto resulta de uma investigação em andamento, o projeto de pesquisa “Transição democrática e conexões internacionais: o Brasil na imprensa portuguesa (1974-1985)”, com financiamento do CNPq. O foco da pesquisa são as conexões internacionais estabelecidas entre grupos e agentes políticos por conta do processo de transição no interior do regime autoritário brasileiro ainda durante a vigência da última ditadura militar (1964-1985).

Trata-se de uma abordagem histórica que mobiliza discussões da história política com vistas a investigar o quanto os aspectos institucionais e as negociações travadas por ocasião da chamada redemocratização brasileira, a partir de 1974, foram permeados por repertórios elaborados e postos em circulação não apenas no âmbito nacional, mas envolvendo uma escala internacional de debates. Com tal enfoque, pretende-se contribuir para ampliar a abrangência das interpretações históricas em torno da temática, identificando e destacando a circulação internacional de ideias, proposições, tradições e agentes políticos que orientaram diferentes setores das oposições brasileiras à ditadura. Como base de pesquisa documental e lugar de análise para a construção de tal abordagem, destaca-se a presença brasileira na imprensa de Portugal no período entre 1976 e 1978.

O país ibérico, a partir da chamada Revolução dos Cravos (1974) pode ser visto como um ponto de observação das movimentações então em curso e que promoviam uma interação entre os cenários nacional e internacional das disputas políticas no Brasil. Neste ambiente, encontraram-se em Lisboa diferentes organizações de esquerda brasileiras, que iam desde o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil, a Ação Libertadora Nacional e a Vanguarda Popular Revolucionária. O trabalho de denúncia da

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ditadura brasileira no exterior e de rearticulação das esquerdas logo se desdobrou em novas frentes de debates em que a questão das liberdades democráticas e o movimento pela anistia aos refugiados ganhou proeminência (PEZZONIA. 2017, p. 223-254).

São destacadas aqui três das frentes oposicionistas brasileiras que encontraram espaço na imprensa portuguesa no período em apreço: os setores que buscavam o alargamento da democracia a partir de bases sociais organizadas por novos movimentos e grupos e que mantinham diálogo com as organizações mais radicais da esquerda portuguesa: os agentes na órbita do Partido Comunista Brasileiro (PCB), envolvido em debates em torno do chamado eurocomunismo; as movimentações ensejadas pelo chamado “socialismo democrático”, campo político que envolvia a social-democracia europeia por meio da organização Internacional Socialista.

Tais grupos encontraram espaço na imprensa portuguesa, tanto em títulos tradicionais como o “Diário de Notícias” e “A Capital” quanto nos recentemente fundados, como o semanário “Expresso”. Além disso, serão apresentados resultados da investigação em jornais ligados às organizações de esquerda portuguesas, neste caso “O Diário”, “Voz do Povo” e “Página Um”. A partir do levantamento documental realizado, são identificadas as atuações de brasileiros nos jornais mencionados anteriormente, bem como as diferentes abordagens do processo político brasileiro em Portugal, em distintos campos, mas com especial destaque para as denúncias às violações aos direitos humanos e as projeções sobre a democracia no Brasil.

Um dos objetivos da investigação é o de identificar e analisar a construção de um repertório político então em elaboração por meio das conexões internacionais e que foi posto em prática nas discussões acerca do processo de redemocratização brasileiro ao fim da última ditadura militar. Pretende-se, por meio da análise histórica da imprensa portuguesa no período, compreender os cruzamentos e conectividades atlânticas das discussões em andamento. Em Portugal, ao fim da década de 1970, é possível identificar na imprensa cruzamentos entre os processos de democratização ibéricos e latino-americanos, bem como entre diferentes gerações (ROLLEMBERG, 1999) de exilados e ativistas políticos brasileiros.

Procura-se desenvolver uma abordagem histórica que permita evidenciar que as negociações travadas em torno da redemocratização brasileira foram permeadas por

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

repertórios elaborados e postos em circulação não apenas no âmbito nacional, mas envolvendo uma escala internacional de debates. Com tal enfoque, pretende-se contribuir para ampliar a abrangência das interpretações históricas em torno da temática, identificando e destacando a circulação internacional de ideias, proposições, tradições e agentes políticos que orientaram diferentes setores das oposições brasileiras à ditadura.

Opera-se aqui com duas noções centrais. A primeira delas é a de conectividade, a partir das interpretações sugeridas por Sebastian Conrad (2016), visando ampliar as abordagens historiográficas para além da fragmentação e isolamento nacionais. As estruturas políticas dependem de interações que pressupõem conexões e possibilitam integrações. Por outro lado, busca-se uma aproximação com a noção de repertório, a partir da proposição de Charles Tilly (1978), considerando a ação coletiva e política a partir de um conjunto limitado de ideias, projetos e formas de ação que rotinas que são compartilhadas em meio a escolhas dentre os processos políticos concretos, envolvendo agentes que circulavam em âmbito internacional (MARQUES, 2017).

A Abordagem metodológica parte de uma premissa historiográfica segundo a qual cabe conectar ao invés de apenas separar e tomar as fronteiras nacionais mais como limiares do que como divisões definitivas, com vistas à superação, nas palavras de Serge Gruzinski (2001), do “isolamento das historiografias nacionais”. Entendida dessa forma, a pesquisa historiográfica pode “fazer aparecer as continuidades, as conexões ou as simples passagens muitas vezes minimizadas”.

Parte-se, portanto, de ao menos três pressupostos. Em primeiro lugar, busca-se contribuir para a compreensão dos processos políticos que marcam a sociedade brasileira recentemente, especialmente aqueles que dizem respeito às forças partidárias e agentes que atuam em seu interior, passam pelo conhecimento mais aprofundado da transição ocorrida no Brasil quando do final da última ditadura militar (1964-1985) e da formação da chamada Nova República, com as tentativas de consolidação de um sistema político representativo e democrático.

Por outro lado, cabe considerar que o período histórico em apreço, que envolve a segunda metade da década de 1970 e a primeira metade da década seguinte, envolve processos razoavelmente próximos a grande parte da sociedade brasileira atual, com muitos agentes e interlocutores daqueles processos ainda em atuação na vida política do

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

país e testemunhos conhecidos, além de contar com investigações notoriamente relevantes em diferentes campos das Ciências Humanas. Contudo, é importante que a historiografia possa oferecer contribuições que possibilitem interpretar os limites e contradições dos projetos sociais então em disputa e seus arranjos em um quadro político que pretendeu alcançar uma estabilidade democrática em meio a profundas desigualdades sociais.

Por fim, mas não menos importante, considera-se que o cenário social e político brasileiro ganha contornos mais complexos e, assim, com nuances que devem ainda ser exploradas, quando situado em uma perspectiva internacional, na qual as fronteiras do país deixam de ser recortes indispensáveis para a compreensão dos processos então em curso. O debate político brasileiro foi atravessado por ideias e projetos que inspiraram forças sociais que se mostraram atuantes no processo de democratização então em curso no país, as quais circularam em um espaço atlântico, envolvendo não apenas a relação do país com os países do centro capitalista mundial, mas suas conexões com a América Latina e, mesmo, partes do continente africano.

Contudo, para que tais pressupostos possam servir como propulsores de uma investigação historiográfica, cabe considerar os meios pelos quais o pesquisador pode acessar informações que venham a evidenciar a circulação de ideias e projetos sociais pretensamente democráticos em um espaço atlântico. Para tanto, o recurso aos meios de comunicação social e sua disponibilidade internacional ao longo do século XX é documentação indispensável. Em particular, quando por ocasião de imposições da ditadura e atitudes persecutórias de diferentes tipos, grupos de brasileiros e brasileiras passaram a atuar no exterior, seja pela experiência do exílio político ou pela busca de espaços de discussão então indisponíveis no país. Os contatos travados e as iniciativas políticas necessariamente passaram a extrapolar as fronteiras nacionais e os limites das empresas jornalísticas brasileiras, rigidamente controladas ou simplesmente comprometidas com o regime autoritário. A circulação física de agentes políticos brasileiros no exterior logo transformou-se em circulação de ideias e informações, com intercâmbios frequentes com frentes políticas de outros países que logo formariam um tramado complexo de conexões internacionais que foram mobilizadas nos embates

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

políticos que envolveriam a transição brasileira para o que se supunha ser um regime democrático.

Com a chamada Revolução dos Cravos, em 1974, Portugal transformou-se numa espécie de laboratório de democratização, vivendo um processo de construção democrática amplo e conflituoso. De todo modo, como aponta Maria Inácia Rezola (2007, p. 17), num mundo impactado pela crise do petróleo e dividido pela guerra fria, “negando todas as previsões e modelos de intervenção dos militares nos processos de transição e mudança política, os Capitães de Abril apresentaram um programa democratizador”, o qual previa a “constituição de um governo civil e a realização de eleições livres”. Uma das áreas mais críticas em que se desenrolaram contendas diversas e discussões que extravasaram os limites do país europeu foi a imprensa. O país ainda tornou-se em um nó de interações políticas internacionais, aparecendo como palco para intensos debates dos setores oposicionistas brasileiros acerca de formas para a transição política. É possível neste ponto da investigação destacar três das frentes oposicionistas brasileiras que encontraram espaço na imprensa portuguesa no período em apreço. A primeira delas disse respeito aos setores que buscavam o alargamento da democracia a partir de bases sociais organizadas por novos movimentos e grupos e que mantinham diálogo com as organizações mais radicais da esquerda portuguesa; um segundo e importante segmento era o constituído pelos agentes políticos na órbita do Partido Comunista Brasileiro (PCB), envolvido em debates em torno do chamado eurocomunismo; e um número e importante quadro de interações conformou as movimentações ensejadas pelo chamado “socialismo democrático”, campo político que envolvia a social-democracia europeia por meio da organização Internacional Socialista.

O ambiente político português influenciou a transição que então se processava no âmbito das diferentes frentes de oposição brasileiras, as quais passaram a ser impactadas por uma agenda política em que os temas da democracia, das liberdades individuais e dos direitos humanos assumiram centralidade (NAPOLITANO, 2014). Pode-se sugerir que um conjunto de referenciais antecipava o que para muitos analistas do contexto pode ser chamado de “Segunda Guerra Fria”, quando os Estados Unidos passaram a desenvolver uma forte campanha internacional que girava em torno da temática dos Direitos Humanos e à exclusão de ditaduras latino-americanas de programas de assistência (HERZ, 2002).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Como constatações da pesquisa, pode-se adiantar que em Portugal no pós-Abril de 1974, graças ao idioma em comum, brasileiros puderam atuar não só na imprensa alternativa ou em ações junto à comunidade de exilados, mas a desenvolver atividades profissionais de jornalismo na grande imprensa portuguesa. Além disso, a partir de 1976, depois que a esquerda portuguesa foi afastada do controle de grandes jornais sob controle do Estado, surgiram novos títulos que abriram espaço para a discussão acerca dos dilemas da luta contra a ditadura no Brasil.

A presença do Brasil na imprensa portuguesa despertou a atenção dos órgãos de repressão do regime autoritário, em particular o Centro de Informações do Exterior (CIEX) que recebeu inúmeros relatórios da Embaixada Brasileira em Lisboa referentes ao importante espaço adquirido naquele país pelas forças oposicionistas brasileiras e seus apoiadores locais. O CIEX estava particularmente interessado no que órgão chamava em seus relatórios de “Frente de Imprensa”.

Em particular o ano de 1976 também tornou-se um marco de um processo de amplas discussões que envolvem transformações na esquerda brasileira, envolvendo a influência do chamado eurocomunismo e das articulações políticas em torno da Internacional Socialista. Em meio ao repertório político elaborada por tais balizas, houve uma ampla difusão da temática dos Direitos Humanos.

Desses três vértices, destaca-se aqui a importância dos debates em torno da possibilidade da fundação ou da refundação de um partido socialista que reunisse as forças políticas de oposição em torno das premissas da Internacional Socialista para a América Latina, proposta que contava com a interlocução, entre outros, do jornalista e empresário Fernando Gasparian. Nos debates em torno deste tema é possível identificar o quanto a redemocratização brasileira envolveu discussões transnacionais. A Internacional Socialista, a partir de 1976, depois da organização de um encontro ocorrido em maio daquele ano em Caracas, na Venezuela, passou a ser um importante ponto de articulação de setores oposicionistas brasileiros.

O Primeiro-Ministro português Mário Soares, então plenamente envolvido pelo lema de campanha “A Europa conosco”, era uma das lideranças da Internacional Socialista, organização refundada em 1951, juntamente com o ex-chanceler alemão Willy Brandt. Essas lideranças passaram a desenvolver, na segunda metade da década de 1970,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

uma frequente ação articulada junto a lideranças latino-americanas. A Internacional Socialista, a partir de 1976, depois da organização de um encontro ocorrido em maio daquele ano em Caracas, na Venezuela, passou a ser um importante ponto de articulação de setores oposicionistas brasileiros. Isso não passaria despercebido pela imprensa dos dois países, bem como pelos órgãos de informações do regime autoritário (PEDROSA, 2013).

A longa transição brasileira para um regime formalmente democrático teve marcos definidores que o próprio jogo político da ditadura militar (1964-1985) delimitou e que foram tacitamente aceitos pelos que participaram, direta ou indiretamente, das negociações que redundariam no fim do regime autoritário. Afastar qualquer possibilidade de ruptura ou de que a extinção ditadura militar resultasse de agudos conflitos sociais e políticos, foi, desde sempre, um objetivo dos acordos que tramaram o que viria a ser chamado de Nova República. A transição, assim montada, procurou limitar o processo de redemocratização brasileiro às disputas eleitorais e aos mecanismos institucionais derivados dos acordos conduzidos entre o governo e a maior parte da oposição legalizada.

Os oponentes da ditadura brasileira, em sua maioria, passaram por uma transformação fundamental, quando de uma lógica revolucionária assumiram a democracia como “valor universal” (COUTINHO, 1979). A crítica pública ao regime ampliou-se, mas não sob uma ótica insurrecional: “a democracia para a ser valorizada como um objeto em si e, com ela, a organização da sociedade e a participação no jogo eleitoral, mesmo sob limitações” (ALMEIDA; WEISS, 1998, p. 336). Por fim, sabe-se que o resultado seria, conforme Florestan Fernandes (1986, p. 19), uma “transição sem ousadias e sem turbulências”, o que proporcionou que “a ditadura não seria desmantelada e que ela serviria de guia a uma democratização sui generis que sairia das entranhas do regime”.

Se em seus primeiros dias a revolução portuguesa prometia um caminho de ruptura e transformação acelerada em um processo revolucionário, com o passar dos anos a construção democrática em Portugal inspirou outras soluções. A ação da Internacional Socialista, de comunistas e de agrupamentos da nova esquerda encontraram em Portugal pontos de convergência em meio a um contexto em que a ditadura militar brasileira

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

impunha o gradualismo como única forma de transição para um regime político mais aberto. Nesse âmbito, a esquerda revolucionária fazia a autocrítica de suas ações e buscava construir pontes as demandas por direitos humanos, a oposição legalizada no Brasil aceitava o ritmo imposto pelo regime e lideranças políticas da geração anterior ao golpe de 1964, como João Goulart e, posteriormente, Leonel Brizola, apostavam na perspectiva social-democrática e moderada europeia. Este nó de arranjos políticos e trajetórias pessoais teve em Portugal um palco privilegiado, principalmente ao final da década de 1970. Cabe, então, investigar o quanto o palco teria sido importante para o desenrolar do drama político brasileiro nos dois lados do Atlântico.

A partir destas linhas gerais, o estudo que se está levando a cabo pretende compreender o processo de transição brasileiro ao fim da década de 1970 a partir das discussões e percepções que percorriam a imprensa portuguesa, bem como as influências e desdobramentos da transição portuguesa nos debates conduzidos por brasileiros no exílio (FREIRE, p. 2010). A partir daí, foi realizado um levantamento de dados coletados em diários e semanários portugueses acessíveis. A discussão proposta recai sobre a construção do tema da democracia brasileira. Sociedade e Estado mantiveram relações diferenciadas, em comparação com contextos históricos anteriores, durante o processo de democratização. Neste aspecto, chama a atenção a reflexão sobre o desempenho da imprensa como interface necessária ao campo político e como mobilizadora de um acervo de imagens e discursos que pautou boa parte das discussões e negociações entre governo, partidos, movimentos sociais e cidadania.

A relevância deste estudo pode ser aquilatada pela emergência de uma renovada história política no Brasil, em particular a partir do quadro de discussões que foi aberto pela chamada História do Tempo Presente e seus desdobramentos na abertura de novos olhares para objetos conhecidos (ROUSSO, p. 2016). A escrita de uma História do Tempo Presente pressupõe a identificação de trajetórias pessoais e coletivas saturadas por experiências sociais diversas, avolumadas nas últimas três décadas, no que se pode considerar a importância do acontecimento e da indeterminação. Neste âmbito de discussões, cabe inscrever a sociedade brasileira à sua maneira e a partir de suas características em alguns desses processos e passou a partilhar do que se pode chamar de um longo presente.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

No que diz respeito à transição democrática brasileira a partir da década de 1970, com evidentes implicações na sociedade brasileira atual, esta coincidiu em parte, no aspecto cronológico, com o processo democrático português. Os desdobramentos internacionais das questões então em disputa tornaram-se mais nítidos a partir do momento em que lideranças políticas influentes do Brasil encontraram em Portugal, por um breve momento, uma base de observação do que se passava em seu país, mas também entraram em contato com uma experiência democrática em andamento.

O contato com questões internacionais alterou perspectivas acerca da democratização brasileira (ROLLEMBERG, p. 2006). Um novo repertório político passou a ser empregado, considerando a comparação da experiência histórica brasileira com o que se passava em outros países, neste caso especificamente Portugal após 1974. Este repertório parece ter envolvido a difusão de uma terminologia política que alcançou valor simbólico ao longo do período e que alimentou inicialmente os oponentes à ditadura militar, em particular aqueles que giraram em torno da promoção da cidadania e dos direitos civis. A importância desses temas para a instauração da chamada Nova República brasileira ganha uma nova dimensão histórica ao serem abordadas a partir de uma perspectiva comparada.

A partir do levantamento documental realizado, tem sido possível identificar as atuações de brasileiros nos jornais portugueses, bem como as diferentes abordagens do processo político brasileiro em Portugal, em distintos campos, mas com especial destaque para as denúncias às violações aos direitos humanos e as projeções sobre a democracia no Brasil, particularmente a reorganização do sistema político-partidário. Nessas duas dimensões, a investigação tem conseguido mobilizar as noções de conectividade internacional dos processos políticos que são parte das questões do tempo presente brasileiro, bem como possíveis interpretações sobre um repertório político que envolveu parte do mundo atlântico, apontando a imprensa portuguesa como um campo internacional de debates e de lutas para a oposição brasileira à ditadura militar em meio à transição política.

Referências Bibliográficas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; WEISS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.): História da vida privada no Brasil, 4: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, 1998. P. 319-410.

CAVALCANTI, Pedro CeIso Uchôa. A Internacional Socialista vai à América Latina. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 101, p. 110, 1979.

CONRAD, Sebastian. What is global history. Princeton: Princeton University Press, 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, n. 9, p. 33-47, mar. 1979.

FREIRE, Américo. Ecos da estação Lisboa: o exílio das esquerdas brasileiras em Portugal. Sociologia, problemas e práticas, n. 64, p. 37-57, 2010.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. Topoi (Rio de Janeiro), v. 2, n. 2, p. 175-196, 2001.

HERZ, Monica. Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria. Estudos Avançados, São Paulo, v. 16, n. 46, p. 85-104, 2002.

LAMOUNIER, Bolivar. O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred (Org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 83-134.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. O exílio e as transformações de repertórios de ação coletiva: a esquerda brasileira no Chile e na França (1968-1978). Dados, Rio de Janeiro, v. 60, n. 1, p. 239-279, 2017.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. *Estudos Avançados*, v. 28, n. 80, p. 41-58, 2014.

PEDROSA, Fernando. Redes transnacionales y partidos políticos. *La Internacional Socialista en América Latina (1951-1991)*. Iberoamericana, Madrid, XIII, 49, 25-46, 2013.

PEZZONIA, Rodrigo. Exílio em Português: política e vivências dos brasileiros em Portugal (1974-1982). 2017. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

REZOLA, Maria Inácia. *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*. Lisboa: Esfera dos livros, 2007.

ROLLEMBERG, Denise (2016): *Cultura política brasileira: redefinição no exílio (1964–1979)*. *Hispanic Research Journal*, vol. 7, n. 2, 163-172, 2016.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. RJ: FGV, 2016.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Nova Iorque: Random House, 1978.